

ANEXO XV

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC Nº 99/2003



PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP

I SEÇÃO DE DADOS ADMINISTRATIVOS				
1- CNPJ do Domicílio Tributário/CEI		2- Nome Empresarial		3- CNAE
4- Nome do Trabalhador			5- BR/PDH NA	6- NIT
7- Data do Nascimento	8- Sexo (F/M)	9- CTPS (Nº, Série e UF).	10- Data de Admissão	11- Regime Revezamento NA

12 CAT REGISTRADA			
12.1- Data do Registro	12.2- Número da CAT	12.1- Data do Registro	12.2- Número da CAT

13 LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO						
13.1- Período	13.2- CNPJ/CEI	13.3- Setor	13.4- Cargo	13.5- Função	13.6- CBO	13.7- Cód. GFIP.

14 PROFISSIOGRAFIA	
14.1- Período	14.2- Descrição das Atividades

II	SEÇÃO DE REGISTROS AMBIENTAIS						
15	EXPOSIÇÃO A FATORES DE RISCOS						
15.1- Período	15.2- Tipo	15.3- Fator de Risco	15.4- Intens./Conc.	15.5- Técnica Utilizada	15.6- EPC Eficaz (S/N)	15.7- EPI Eficaz (S/N)	15.8- CA EPI

16	RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS		
16.1- Período	16.2- NIT	16.3- Registro Conselho de Classe	16.4- Nome do Profissional Legalmente Habilitado

III	SEÇÃO DE RESULTADOS DE MONITORAÇÃO BIOLÓGICA				
17	EXAMES MÉDICOS CLÍNICOS E COMPLEMENTARES (Quadros I e II, da NR-07)				
17.1- Data	17.2- Tipo	17.3- Natureza	17.4- Exame (R/S)	17.5- Indicação de Resultados	
__/__/__				() Normal	() Alterado () Estável () Agravamento () Ocupacional () Não Ocupacional
__/__/__				() Normal	() Alterado () Estável () Agravamento () Ocupacional () Não Ocupacional
__/__/__				() Normal	() Alterado () Estável () Agravamento () Ocupacional () Não Ocupacional

18	RESPONSÁVEL PELA MONITORAÇÃO BIOLÓGICA		
18.1- Período	18.2- NIT	18.3- Registro Conselho de Classe	18.4- Nome do Profissional Legalmente Habilitado

IV	RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES		
<i>Declaramos, para todos os fins de direito, que as informações prestadas neste documento são verídicas e foram transcritas fielmente dos registros administrativos, das demonstrações ambientais e dos programas médicos de responsabilidade da empresa. É de nosso conhecimento que a prestação de informações falsas neste documento constitui crime de falsificação de documento público, nos termos do artigo 297 do Código Penal e, também, que tais informações são de caráter privativo do trabalhador, constituindo crime, nos termos da Lei nº 9.029/95, práticas discriminatórias decorrentes de sua exigibilidade por outrem, bem como de sua divulgação para terceiros, ressalvado quando exigida pelos órgãos públicos competentes.</i>			
19- Data Emissão PPP	20	REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA	
(data)	20.1-NIT	20.2- Nome	
	(Carimbo)	(Assinatura)	

OBSERVAÇÕES

